

ESPECIAL

## A Filosofia Política e a Crise Atual<sup>1</sup>

*Renato Janine Ribeiro*

Para tratar do assunto um tanto espinhoso que propus como tema, pensei em abordá-lo com base em dois ou três conceitos fortes de filosofia política, mas que os tempos atuais, e não apenas a crise momentânea de 2005, colocam em xeque. Começemos pelo de soberania.

Muitos de nós trabalhamos a filosofia política dita clássica, que é aquela que dá todo o valor ao conceito de soberania, um dos conceitos-chave da filosofia política dos sécs. XVII e XVIII. Esse conceito nasce antes e continua vivo depois, mas é fortalecido naquela época. Com frequência se diz que data dessa ocasião a teoria ou a existência do Estado nacional, mas o adjetivo “nacional” aplica-se mal a esse tempo, já que as nações são uma construção algo posterior, sobretudo romântica. Entretanto, de todo modo o Estado de tamanho médio, nem imperial nem cidade-Estado, é uma idéia e uma realidade que prospera a partir do séc. XVI. Ao se fortalecer, essa idéia retoma a de soberania, conferindo-lhe novo sentido. Falar da soberania, em termos medievais, tem significado mais simbólico. O rei medieval, o soberano, está *super omnes*, acima de todos, mas não é dotado de todos os poderes. Não é um monarca absoluto. Ao contrário, tem constantemente de negociar com os estamentos, com seu(s) estado(s), seu parlamento, sua corte, de modo que a limitação de seu poder é significativa, se o compararmos aos reis que virão mais tarde.

Portanto, quando falamos em soberania, ainda que a palavra esteja presente já na Idade Média, o fato é que pensamos um conceito sobretudo moderno, associado a Estados de dimensão média. A modernidade se constrói sobre a falência do Império. Este praticamente desaparece: a última tentativa de um grande império é a de Carlos V, um império sobre

---

1. Palestra do Prof. Renato Janine Ribeiro por ocasião do lançamento do número 6 dos Cadernos de Ética e Filosofia Política.

o qual o sol nunca se põe. A partir de então, o que temos são esses Estados de meio tamanho que mais tarde chamaremos de nacionais. Serão nacionais quando se procurar, num misto de base real e de vôo imaginário, identificar cada um deles com uma língua, uma cultura, um sentimento intenso. Resumindo, quando se puder *romantizar* esses Estados. O Estado, como o conhecemos, é criação dos sécs. XVII e XVIII, começando talvez no XVI, e o adjetivo “nacional” é de um romantismo posterior, bem décimo-nônico, que se ajunta a ele, e lhe permite ampliar sua base popular sobre um sentimento intenso. A base popular dos Estados é realização, embora não criação, romântica. O adjetivo “nacional” é de tal peso, e os sentimentos românticos a ele associados são de tal envergadura que é até difícil imaginar o Estado do séc. XVII ou do XVIII, saber como ele é vivido. Que identidade um francês sente com a monarquia absolutista de Luís XIV? É muito difícil dizer. A documentação a respeito é escassa. Provavelmente, apontará uma identificação muito maior com o eleito de Deus, como representante de Deus na Terra, do que com algo especificamente francês, que diferencie esse povo do inglês e do alemão. A vida é muito provincial, então, para que se possa falar em Estado nacional, ou mesmo em nacionalidade. Mas o romantismo teve tal peso político que, mesmo quando lemos sobre os sécs. XVII e XVIII, é muito comum interferir o sentimento nacional posterior. O melhor exemplo ocorre com Alexandre Dumas. Escrevendo *Os Três Mosqueteiros*, constrói uma obra da qual, se tirarmos o romantismo, a nacionalidade, sobra pouco.

A idéia de soberania entrou, porém, em crise séria, de que se tem falado muito ultimamente. Gostaria de propor aqui uma pequena tipologia. Discuti isso com nosso grupo temático da Fapesp<sup>2</sup> e confesso que já não sabemos quantos seriam os tipos. De todo modo, proporei quatro. Há um único país, hoje, que opera segundo os princípios da soberania, do Estado nacional, que se podem ler dos *text books*. São os Estados Unidos. Isso não significa que esse país compre toda a mercadoria romântica. É o único país que conheço que não tem língua oficial. Os Estados Unidos conhecem um forte bilingüismo, sendo o espanhol uma

língua muito presente em muitos Estados. Não há nenhuma lei federal que obrigue as pessoas a saber inglês. Assim, a direita republicana tenta hoje tornar o inglês a língua oficial dos Estados Unidos, enquanto os democratas e a oposição consideram que isso seria um passo altamente reacionário — segundo alguns, quase fascista. (Imaginem, então, o que eles devem achar do resto do mundo a essa altura, já que todo outro país tem alguma, ou algumas línguas oficiais.) Mas do ponto de vista do poder, da soberania nacional, os Estados Unidos são talvez o único país do mundo que hoje opera segundo o manual: o único que defende seus interesses, que tem vigor para fazer valer fora os interesses que o país considera serem os seus, e que faz isso funcionar. Praticamente todas as outras soberanias nacionais perderam peso. A norte-americana conservou-se. Isso fica claro pelo fato de os Estados Unidos serem a única grande potência. Era diferente quando tínhamos duas superpotências, os Estados Unidos e a União Soviética. Ou quando, no final da Segunda Guerra Mundial, havia quatro potências (as duas já citadas, mais a Grã-Bretanha e a França) que, junto com a China, ocuparam os assentos permanentes do Conselho de Segurança. Hoje, o fato de haver uma só significa um salto qualitativo em relação ao conceito de potência, pós Segunda Guerra Mundial, e outro salto qualitativo em relação ao conceito de hiperpotência, dos anos 60, 70, 80.<sup>3</sup>

Um ponto problemático nos Estados Unidos é que, se eles constituem um caso único ou quase único, contradizem algo importante no conceito de Estado Nacional, já que faz parte da essência deste não ser único, e sim muitos. Ora, temos hoje um único Estado nacional, com todo o poder que lhe cabe mas que só funciona porque a translação entre ele e a sede imperial é freqüente. Na ponta oposta, temos os Estados que, da soberania nacional, só conservam a casca. Começemos pelos mais ou menos vinte países que desaparecerão — do ponto de vista *físico* — antes do ano 2100. Eles vão sumir, como por exemplo Tuvalu. Tuvalu é um conjunto de ilhas na Polinésia que vai ser

3. Acrescento que talvez a China seja um Estado que opere de forma parecida. Tem uma enorme dimensão em termos de população e território, exerce um controle totalitário sobre seu povo, une o pior do capitalismo — a exploração desabrada de seus trabalhadores — e do comunismo — a ditadura. Com esses trunfos, tem uma autonomia em termos internacionais que é notável. Se houver dois Estados que têm soberania nacional, são estes.

2. Projeto Temático *Questões sobre o poder* (proc. 00727/02).

submergido pelo efeito estufa: o Protocolo de Kyoto está falido em sua aplicação e, com esse avanço constante do efeito estufa (e, portanto, o aumento do nível do mar), temos não só muitas cidades que deverão desaparecer, mas países inteiros. Que lhes resta? O caso de Tuvalu é muito interessante: trata-se de um país com poucos milhares de habitantes, sem renda praticamente nenhuma, que conseguiu cerca de US\$ 300.000 para poder mandar representantes aos fóruns da ONU, a fim de defender-se do efeito estufa, ao vender sua desinência na internet para empresas americanas interessadas. A sorte deles é que a sua desinência não é “tl” nem “tu”, mas “tv”, desinência pela qual se pode conseguir um bom preço. O Laos também conseguiu um certo dinheiro vendendo “la” para algumas empresas de Los Angeles.

É interessante notar que, no limite ínfimo dos Estados nacionais, estão os que só guardam da soberania aquilo que é, por assim dizer, sua carta vazia: a desinência de internet, a emissão de selos. San Marino, por exemplo, auferir renda, entre outros fatores, da venda de selos, não para usuários do correio, mas para colecionadores (ou pseudo-colecionadores, já que os filatelistas desprezam esse tipo de “figurinha colorida” que não circula, que não tem fins postais). A receita adicional de San Marino (além da venda de selos) é a indenização que a Itália lhe paga para não ter uma rede de televisão, ou seja, para não exercer um aspecto, ainda que menor, da soberania nacional. No caso, ter uma rede de TV que irradiaria para toda a Itália propaganda conflitante com o monopólio estatal, em certa época, ou hoje com empresas privadas italianas. Vimos, então, uma hipertrofia norte-americana da soberania nacional e resíduos desta em outros países, alguns dos quais estão em situação melhor (como Mônaco, San Marino) e outros estão a ponto de sumir, literalmente, do mapa.

Entre esses dois extremos, temos dois escalões intermediários. Um é a história de sucesso que se chama União Européia. O outro são os países que eu chamaria de viáveis. Não são poucos: nós estamos entre eles. Há países que estão em condições muito piores que as do Brasil. Mas esses países que eu chamaria de viáveis, ou no limite da viabilidade, defrontam-se com o esvaziamento de sua soberania. É deles que se fala quando se menciona a crise da soberania nacional. Não é tanto dos

micropaíses, que são quase folclóricos. Mas como podem os países viáveis enfrentar a globalização, as mudanças de relações que existem hoje? A única saída que até agora existiu, e que parece bem sucedida, é a União Européia. Gostaria de fazer um pequeno comentário sobre isso: o que é interessante na União Européia é o caráter altamente *empírico* de sua construção. Ela não está sendo construída a partir de uma grande teoria, que se teria isso desdobrando aos poucos. O começo da União Européia foram dois projetos, por volta de 1950: a Comunidade Européia do Carvão e do Aço e a Junta Européia de Defesa. A Comunidade do Carvão e do Aço funcionou. Ela fez com que França e Alemanha ficassem tão vinculadas pelo carvão de uma e pelo minério de ferro de outra que não haveria mais condições de dissociá-las e, portanto, de uma fazer guerra à outra. Essa pode ter sido uma teoria. Se lembrarmos Rousseau, ele diz que o Estado surge tornando impossível a anterior independência dos homens: eles precisam agora ser indissociáveis. Foi o que se fez, não entre indivíduos, mas entre os dois inimigos do centro da Europa. Ora, a partir disso, foi-se expandindo o Mercado Comum Europeu, com os seis países iniciais do Tratado de Roma. Ao mesmo tempo, a Junta Européia de Defesa, que visava à constituição de um exército comum para defender a Europa de uma eventual invasão soviética, não deu certo. Da mesma forma, em 2005, quando a França disse “não” ao projeto de Constituição européia, muitos predisseram que seria o fim do mundo ou, pelo menos, da Europa unida. Ora, não é esse o primeiro percalço na formação da União: é óbvio que haverá uma renegociação e que esta acabará chegando a bom termo. Temos também algo interessantíssimo, que é a União Européia ter uma moeda comum, mas que não é adotada por alguns de seus membros. Mais uma vez, o que prevalece são a negociação e o passo-a-passo empírico; não é uma teoria que vai se impondo, não é uma teoria que diz: “para haver uma união verdadeira, precisamos ter uma moeda”. Sim, devemos ter uma moeda comum, isso é bom, mas se três, quatro, cinco países não tiverem o euro, eles têm que sair da Europa? Não.

Quero enfatizar esse ponto porque é aí que talvez seja mais interessante procurarmos o que é, hoje, a soberania. Os Estados Unidos não alteram muito o conceito clássico de soberania, a não ser pelo fato,

digno de nota, de que — parece — para se manter a soberania *nacional* é preciso hoje ter um poder *imperial*, isto é, para ser um entre vários (como eram os Estados) hoje é preciso ser único. No caso dos países que chamei viáveis e dos que chamaria inviáveis, a soberania está em séria crise. Mas temos uma alternativa interessante em funcionamento, que é a européia.

Gostaria muito que o Mercosul tivesse algo do gênero. Por que não deu certo, por que não está dando certo, é uma questão muito longa e talvez o eixo do fracasso sul-americano seja justamente a ferida econômica, o fato de sermos países periféricos. Não é mais o fato tradicional, que sempre assegurou nossa comum dominação pelos imperialismos, de sermos economias concorrentes, e não complementares. Porque não somos mais economias tão concorrentes. O Brasil é, ou foi nos últimos anos, o maior parceiro econômico da Argentina, sem que isso dê ao Brasil a menor influência na discussão política argentina, ao contrário do que ocorre com a prevalência dos Estados Unidos como parceiro, para eles ou para nós. (Refiro-me, por exemplo, à crise da moeda argentina, quando — de 2000 em diante — se cogitou substituir a referência ao dólar por uma cesta de moedas, mas isso significou apenas a introdução do euro no referencial — e, de forma alguma, a inclusão do real, embora a doutrina da cesta de moedas como referência cambial signifique usualmente que cada moeda estrangeira terá um papel proporcional ao que ela desempenha nas trocas internacionais. Pois o real foi, simplesmente, ignorado nos projetos de Cavallo).

Deveríamos pesquisar melhor isso, mas o estranho é que, durante os anos de esplendor do Mercosul, não houve iniciativas no sentido de pensar como seria um espaço comum mercosulista. O que tenho acompanhado, até por estar na CAPES, é a pior das coisas: é a tentativa de convalidar automaticamente no Brasil títulos de doutorado e mestrado do Mercosul, que em alguns casos não são reconhecidos nem no país de origem. Quando mandei uma advertência em 2004 sobre isso, apesar de receber desaforos de reitores paraguaios e de empresas de turismo estudantil brasileiras, tive a boa surpresa de ler uma declaração da Ministra da Educação do Paraguai afirmando que “*CAPES tiene razón*”, porque não há nenhum tipo de controle estatal sobre as universidades

paraguaias — que, pela Constituição de seu país, fazem o que querem. Isso é mais ou menos tudo. Haveria tanta coisa mais interessante para se negociar nesses espaços: uma nacionalidade comum a longo prazo, uma livre circulação de pessoas, a livre residência de pessoas, um esquema muito mais forte de curso sanduíche.

Uma meta, por exemplo, que propus aos argentinos e uruguaios, foi que fizéssemos uma avaliação básica, pelos menos dos cursos de ensino superior de um país e de outro, para assegurar a validação automática de um semestre, um ano — permitindo assim um estímulo ao sanduíche na graduação e na pós-graduação. E por que não no ensino médio? Entretanto, nada disso acontece. O acordo de admissão de títulos, que nos deixa nervosos no mundo acadêmico, é um acordo assinado no governo passado, referendado pelo Congresso em 2003, incorporado ao ordenamento jurídico brasileiro em 2005. Ele é um acordo muito ambíguo, de termos imprecisos, mas basta para mostrar como essa discussão é precária aqui. Enquanto isso, na Europa vai-se discutindo, vai-se tentando e, se o povo se manifesta numa direção contrária à que os ministros negociaram, o voto popular é respeitado.

\*\*\*

Assim, o primeiro ponto que quis levantar foi o da soberania. O impacto sobre nós, do ponto de vista político, é de todos conhecido. Reduz-se muito o poder de um governo para fazer uma política própria, rompendo com o assim-chamado consenso de Washington que, apesar de matizado pelas tentativas de um novo consenso, que alguns chamam de Pequim, outros de Buenos Aires e outros, de outros nomes ainda, continua prevalecendo. Trata-se de uma espécie de terceiro turno das eleições, no qual vence não o que o eleitorado dito soberano decidiu, mas o que é melhor para os interesses econômicos globalizados. Esse é um duplo problema que temos: a soberania nacional em crise; a soberania popular, de certa forma, também em crise (quero falar dela agora). Sobre esses pontos, nós, brasileiros, temo-nos debruçado pouco. Ao contrário de nossos colegas que fazem filosofia na Europa, que discutem a União Européia, como discutem também transgênicos, genoma etc.,

esquivamo-nos das questões importantes de nosso tempo.

O segundo ponto se dá na confluência da soberania popular e da representação. Falei da soberania nacional. Passemos à soberania popular, que se vê hoje diante de um problema muito sério. É uma situação ambígua. Não diria que sofre as mesmas ameaças que a soberania nacional — não, pelo menos, na mesma dimensão. Isso porque, por um lado, nunca houve tanta liberdade de voto, de expressão e de organização no mundo. Nunca houve tantas pessoas, em números absolutos, nem um percentual tão grande de pessoas com direito a expressar o que querem, a se organizar, a votar da forma que preferiam. No entanto, o resultado dessa experiência não tem sido necessariamente uma liberdade muito grande de escolha. Há liberdade, mas menor do que talvez fosse desejável. O leque de opções, nos últimos anos, desgastou-se em vez de se ampliar. Vinte anos atrás, teríamos a opção entre direita e esquerda. Evidentemente, nas ditaduras de um lado e outro, não havia opção. Hoje, há bem menos ditaduras, podemos optar — só que não há mais leque de opções. Estas, na prática, são restritas. Talvez o governo democrático que mais tenha se afastado do receituário comum, nos últimos anos, tenha sido o de Leonel Jospin, na França. Poderíamos eventualmente acrescentar Hugo Chávez, mas o caso da Venezuela é um tanto excepcional, muito ligado aos altos preços do petróleo. Não seria sustentável a política de Chávez num outro contexto. Já a política de Jospin foi sustentável. Mas seu próprio caráter de exceção coloca um problema sério em termos do que significa soberania popular.

Mesmo que admiremos a União Européia, ela é uma união que se formou e se forma com base numa estrutura mais bismarckiana do que popular. Não existe um órgão eleito, soberano, escolhido com base no princípio “uma pessoa, um voto”, na Europa. Os órgãos decisórios principais da Europa são órgãos que ou têm um problema já sério em sua composição (estou falando de Estrasburgo, onde cada país tem um mínimo de assentos, o que torna muito desigual a representação, assim como em nossa Câmara ou em nosso Senado), ou então são órgãos ditos técnicos, colegiados de ministros de tal ou qual pasta, ou de chefes de estado, ou chefes de governo, que tomam decisões das quais a maior parte não passa por uma votação explícita européia — e são essas as

decisões que valem, mais que as do Parlamento Europeu que se reúne em Estrasburgo. A União Européia lembra a formação da Alemanha no momento da união alfandegária promovida por Bismarck entre os Estados alemães do norte, a *Zollverein*. É uma união que parte do comércio exterior, que estabelece vínculos altamente positivos, que constitui novos direitos de cidadania, que institui um tribunal de direitos humanos que tem por especialidade condenar a Inglaterra quando ela abusa de tais direitos — e, sobretudo, que tem por maiores méritos a aproximação entre as distintas culturas européias e o direito ilimitado à residência em qualquer país. Mas, se chegamos ao cerne da democracia, o povo europeu não elege seus governantes. Isso é muito complicado. A única soberania que hoje rivaliza com a dos Estados Unidos é, assim, uma soberania supranacional (e não mais nacional), mas não uma soberania *popular*. Curiosamente, a Constituição que a França recentemente rejeitou seria um modo de dizer “Nós, o povo” — mas de uma forma tão tortuosa que se poderia, igualmente, sustentar que seria um modo de *jamaís* dizer “Nós, o povo”.<sup>4</sup>

O processo, mesmo no caso atualmente mais bem sucedido de soberania, acaba sendo análogo ao dos países em que há o aumento de liberdade acima mencionado, em que se vota com mais liberdade, mas a rigor não se pode escolher a *política* desejada. Pensemos na questão da representação e da democracia, melhor dizendo, na crítica que muitos faziam à democracia representativa quinze anos atrás. Até aquela época, era um tema recorrente de esquerda criticar a democracia representativa pelas suas falhas. Contra a democracia representativa se valorizava a democracia direta. Nossa Constituição, que data de 1988, dá importantes passos nesta direção, primeiro ao substituir a clássica expressão segundo a qual todo poder emana do povo e em seu nome será exercido, pela novidade que é dizer que será exercido em seu nome, mas também diretamente por ele; e, segundo, ao prever a iniciativa popular de leis, o referendo e o plebiscito. Contudo, o plebiscito que tivemos até agora foi um plebiscito meio sério, meio ridículo. É óbvio que discutir,

4. “Nós, o povo”, porque finalmente se daria base constitucional a uma identidade européia. *Jamaís*, porém, porque por essa Constituição nunca o povo se tornará efetivamente soberano. A União Européia estabelece, e provavelmente continuará estabelecendo, instituições altamente indiretas de poder, não populares.

em 1993, entre monarquia e república é ridículo. Entre presidencialismo e parlamentarismo, começa a ser sério. Vamos ter um referendo agora [final de 2005] sobre tema que há de ter seu interesse — a proibição ou não de venda de armas a particulares — mas que não terá grandes resultados práticos (são poucas, hoje, as vendas *legais* de armas). Sem dúvida, um dos pontos positivos da consulta popular é quando os recortes *não* são diretamente político-partidários. A maior parte dos petistas é contra a livre venda de armas mas, se se tratar de um petista gaúcho que goste de caçar, talvez ele vote contra o desarmamento; essa contradição é muito interessante e mesmo rica. A Itália deu um passo importante ao aprovar, em plebiscito, o direito ao aborto e o divórcio, que são questões cujo recorte não corresponde necessariamente ao partidário.

Mas, seja como for, o fato é que, quando na década de 80 parecia o mundo caminhar para a esquerda e para mais formas de participação popular e democracia direta, e a democracia representativa soava fraca em face disso, hoje em dia a questão é exatamente o contrário. A democracia representativa está ameaçada hoje não por uma democracia mais direta, mas por uma *ausência* mesmo de *representação*. Não diria, apenas, uma ausência de *democracia*. Estamos diante de uma situação curiosa, uma situação de muita liberdade, mas que ao mesmo tempo não se traduz em escolhas que efetivamente se implantem. Então hoje, por exemplo, quem manda? Não sabemos mais. A pergunta sobre quem detém o poder é, hoje, praticamente irrespondível. Algum tempo atrás, diriam alguns que numa democracia o poder está com quem foi eleito. Outros discordariam, dizendo que o poder efetivo é o poder econômico, que está por trás dos eleitos. Mas hoje não sabemos mais: está onde o poder, ou o detentor do poder? Sabemos que governos são inviabilizados com muita facilidade. O número de chefes de governo que caíram nos últimos quinze anos, na América do Sul latina, tendo sido eleitos, é muito grande: Collor, De La Rúa, Fujimori, entre outros. Não interessa que tenham caído por manifestações populares: todos eles foram eleitos. É diferente da queda de Somoza e de Stroessner, ditadores. Todos os que mencionei foram eleitos e todos saíram do poder de uma forma que não foi pelo voto do povo. Chávez deteve esse processo na hora em que houve um plebiscito na Venezuela. Se em vez de um plebiscito tivesse

havido um processo no parlamento ou no judiciário, continuaria essa tendência muito esquisita à instabilidade de governos, que estão sendo retirados do poder não necessariamente pelas razões aventadas, mas por outras. O que levou à queda de De La Rúa? Correm todas as versões conspiratórias possíveis. Isso torna a questão do *locus* do poder muito delicada.

Temos assim uma liberdade grande, inegável, que se expressa na vida privada, mas que pouco se traduz em questões políticas. Esse é um problema sério. Como pensarmos, então, um conceito como representação? O que é representação? Representante será quem nós elegemos e nos representa? É difícil ser assim, porque há sempre um terceiro turno: algumas das propostas mais queridas não são cumpridas. Alguém acha que o presidente Fernando Henrique deixou de promover o desenvolvimento no segundo mandato, que ele tinha prometido, por má intenção? É claro que não foi por isso. Qual é o tipo de injunção que se abate sobre um governo e o faz andar justamente contra os seus intentos, contra aqueles que lhe delegaram o poder que ele representa? E onde está, afinal, esse local do poder? Não se sabe. Hoje, na crise atual, é visível que o capital não está interessado na queda do governo. O capital não quer enfraquecer o governo Lula. Quem o pretende são outros setores. Por quê? Quais? Como? São questões muito difíceis. Dizer que há um embate, agora, entre capital e trabalho, sob a ótica do governo Lula, é uma bobagem, não tem o mínimo de sustentação. Não há descontentamento do capital quanto ao governo. O descontentamento está em outros pontos. Quais são eles, não sabemos com precisão.

\*\*\*

Agora, chegamos a nosso último ponto, que é a corrupção. Essa questão é complicada. Podemos pensar basicamente em dois conceitos de corrupção, um clássico e outro mais moderno. O conceito clássico é o de corrupção dos costumes. Corrupção é um tema republicano. Talvez seja o tema republicano por excelência. Melhor dizendo, o contra-tema republicano por excelência. O tema republicano por excelência é a *res publica*, a coisa pública, o bem comum. É o sacrifício do interesse

privado ao bem comum. Por isso mesmo, há um contra-tema republicano muito importante, que é o da corrupção, que é aquilo que a república procura evitar. Se a república for romana, antiga, a corrupção que ela tem de evitar é a dos costumes. Isso significa, antes de mais nada, que as mulheres têm que ser controladas. O grande perigo, na república romana, são as potencialidades das mulheres. Montesquieu capta isso muito bem quando, no *Espírito das Leis*, intitula o livro VII, “Conseqüências dos diferentes princípios dos três governos, na relação que mantêm com o consumo suntuário, o luxo e a condição das mulheres”. A idéia é que estejam ligados esses temas. O mundo de que a mulher gosta é o do luxo, dos cosméticos etc. Portanto, uma república séria tem de coibir a liberdade feminina. Tem de controlar as mulheres, porque são perigosas. Há algo feminino que é perigoso. Expandindo isso um pouco, podemos dizer que *as mulheres são modernas*, se associarmos isso à discussão de Benjamin Constant sobre a liberdade *antiga*, que é do coletivo, e a *moderna*, que é do indivíduo.

Há, porém, uma idéia de corrupção que é muito mais recente. Quando lemos os jornais falando em corrupção, nenhum deles fala em corrupção dos costumes. Podem, sim, algumas pessoas falar nisso. Alguns mais antigos podem até citar uma frase de Cícero, “O tempora, o mores”, “Ó tempos, ó costumes”, retirada de seu contexto, e lamentar a decadência dos modos. Sempre ouvimos lamentar-se a decadência dos costumes, mas isso tem pouco alcance. A idéia que prevalece hoje de corrupção — na imprensa, na mídia — é como subtração de um bem público que, qualitativamente, não é diferente de um bem privado. O bem público furtado e/ou desrespeitado seria da mesma natureza que o bem privado. Furto é algo que ocorre sobre um bem privado. Em relação ao bem público, o furto tem outros impactos. É claro que, se furto algo de uma pessoa, privo-a de coisas importantes, talvez de uma operação que lhe salve a vida. Não façamos então uma oposição entre público e privado radical demais. Sabemos que o dano causado ao erário público mata. Por princípio, é um dano que tem efeito multiplicador. Mata porque são hospitais, escolas e outros bens públicos que deixam de ser feitos e há, além disso, um dano ético muito importante. Mas o furto do dinheiro privado também pode matar. Por isso a diferença

talvez esteja neste ponto final — o mau exemplo, a ruína ética — o que é decisivo, o que distingue o público do privado.

Estranho muito não ouvir uma discussão da medida em que a corrupção afeta o bem público. O que mais se escuta é o debate sobre o furto: “Fulano é ladrão”. Quando o presidente Collor sofreu *impeachment*, ao sair do Palácio do Planalto o que a multidão gritava para ele? “Bangu 2”. Trata-se de uma prisão de alta segurança. Neste país, a maneira de pensar a política infelizmente é a do roubo, do furto. O político que faz algo errado é assimilado a um ladrão. Isso acarreta uma série de problemas sérios. O primeiro é a inexistência de uma noção do que seja *res publica*. Discute-se a corrupção como se fosse uma subtração. Fala-se em reaver o dinheiro. Ora, o problema da corrupção pública vai além disso. Não é apenas o dano orçamentário, deixando de ser feitas tais e tais obras. Há um dano ético que não conseguimos precisar exatamente como é.

Insisto na fraqueza de nossa percepção do que é próprio à corrupção. Ou, tomando de outro modo: se quisermos reativar a idéia de corrupção dos costumes, recairemos no mais intragável autoritarismo dos costumes. Se retomarmos a tópica da corrupção dos costumes, clamaremos por austeridade, pela liberdade dos antigos, não pela liberdade dos modernos. Ora, a liberdade dos antigos, no sentido de que o coletivo podia tudo, enquanto individualmente todos tinham que se conformar a modelos muito precisos de religiosidade, de conduta ética, de pertencimento ao coletivo, está em completa contradição com o que a maior parte da humanidade hoje vive ou almeja. Há uma passagem de Benjamin Constant em que ele critica o padre Mably, dizendo que ele adorava toda lei que fosse contrária à liberdade de qualquer homem, em especial as espartanas. A vida que hoje vivemos é decifrada, ou decifrável, por qualquer amante dos antigos como sendo corrupção.

Chegamos assim a um problema sério. Se pensarmos a corrupção como furto — que é a sua leitura moderna — perderemos nela o que é propriamente *público*. Faremos, do grande contra-tema republicano, algo neutro, estéril, nem republicano nem anti-republicano. Mas, se pensarmos a corrupção como sendo dos costumes, ligando-a à educação, se por um lado a fortalecemos conceitualmente e a reintroduzimos

no pensamento republicano, por outro a convertemos numa ingerência insuportável em nossas vidas. No limite, acabaremos com a liberdade nossa de escolher. No fundo, a dificuldade que sentimos diz respeito à relação entre público e privado. Uma idéia de corrupção que a confine no paradigma privado preserva a liberdade privada, hoje tão importante para nós. Uma idéia de corrupção que seja atenta a sua dimensão pública corre o risco de restaurar uma política que não é a de nosso tempo. Colocar o conflito, a contradição, de maneira incontornável pelo menos tem a vantagem de assim nos permitir pensá-lo melhor, não o minimizar, não o banalizar. Será possível resolver essa antinomia?

Mas, de todo modo, o que parece defensável é que seja próprio da sociedade política ter, no seu cerne, um tesouro, não de dinheiro, mas um coração, um bem, comum. O que, porém, é esse bem comum, essa — literalmente — “república”? Como a corrupção o prejudica? Estas questões considero decisivo formular. Este é um momento político muito duro para muitos, que tantas esperanças depuseram no PT, e me faz pensar num livro de Ernildo Stein, filósofo e psicanalista, que saiu em 1993 pela editora da UFRGS: *Órfãos de Utopia*, que trata da melancolia da esquerda pós-1989, pós-queda do Muro de Berlim. O que hoje sucede é muito mais sério do que a queda do Muro de Berlim. A queda do Muro de Berlim foi, para quem tinha alguma simpatia pelo comunismo, um golpe terrível, e muitos entraram em depressão, o que é o tema de Stein. Mas o que vemos hoje é mais grave porque é a maior experiência de crise de um partido de esquerda democrático pós-Segunda Guerra Mundial. Não houve um partido de esquerda, nos últimos sessenta anos, que tenha tido a dimensão do PT e que tenha sido um partido democrático. Os partidos ou foram democráticos, mas não bem de esquerda (tipo social-democratas, socialistas franceses, socialistas italianos, socialistas portugueses), ou foram partidos de esquerda, mas não democráticos (como os partidos comunistas). A grande experiência que tivemos no Brasil foi a dessa síntese. A expectativa que o PT despertou não foi apenas brasileira, mas mundial. Por isso, qualquer que seja a verdade presente ou não nas acusações de corrupção, por ora não comprovadas, o fato é que a crise é séria e requer debate. Isso não pode ser ocultado. O principal erro do governo do PT foi certamente ter

tentado não apurar o sucedido. E debater esse problema é mais um ponto a exigir, de nós, que revejamos conceitos de teoria política com os quais crescemos e que parecem hoje não servir mais, tão bem, para pensar o mundo. Notem que vivemos há quase duzentos anos uma política que tem por ator principal o partido. É obrigatório que a política tenha por protagonista essa figura chamada partido? Não se descortina por enquanto uma opção, mas isso não é obrigatório. É obrigatório termos simpatia pela figura do operário na política, como alguns querem? É obrigatório pensar a política a partir da soberania? É possível pensá-la ainda a partir da representação? Nada disso é obrigatório, embora muito seja possível. Assim, são muitas as questões abertas à discussão, e aproveito o convite dos Cadernos de Ética e Filosofia Política para levantar, ao menos, algumas delas.